



# Licença de Operação

Processo Nº 23/108304/2009

LO Nº: 362

Ano 2014

Nº Licença Anterior: LI 110

Data de Expedição: 13/12/2007

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC/MS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 2.152 de 26/10/2000, (alterada pelas Leis nº 2.598 de 26/12/2006 e 3.345, de 22/12/2006), EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, em consonância com a Lei nº 90, de 02/06/1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.625, de 02/06/1988, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001, alterada pela Lei nº 3.992, de 16/12/2010 e normatizada através da Resolução SEMAC nº 08 de 31/05/2011.

**Requerente:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. **CPF/CNPJ:** 03982931000120  
**SANESUL**

**Endereço do Empreendimento:** RUA MANOEL CAVASSA E RUA TENENTE MELQUIADES

**Complemento:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Bairro:** Perímetro Urbano

**Município:** Corumbá

**CEP:** 79100-000

**UF:** MS

**Bacia Hidrográfica:** Paraguai/Rio Taquari

**Corpo Receptor:** Rio Paraguai

**Área Ocupada Prevista:** 4 hectares

**Área Total:** 11 hectares

**Atividade:** 7.33 - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE

**capacidade:** 80 litros/s

**VALIDADE LICENÇA:** 04 ano(s)

**coordenada S:** 18°59'44.01"

**coordenada W:** 57°39'8.41"

## Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza a operação da Estação de Tratamento de Esgoto Olaria - ETE com vazão de 80 L/s (processo Nº 23/108304/2009), das Estações Elevatórias de Esgoto Cavassa - EEE com 80 L/s de vazão (processo Nº 23/101322/2010), sendo que rede coletora e as ligações domiciliares estão isentas de Licenciamento conforme Art. 1º da Resolução SEMAC nº. 012 de 01/07/2008;
  2. Apresentar ao IMASUL/SEMAC/MS, trimestralmente a contar da data de assinatura desta licença, o Relatório de execução do Plano de Automonitoramento (PAM), no máximo 10 (dez) dias após o período de coleta de dados, contemplando os monitoramentos abaixo descritos, constando o desempenho ambiental da atividade. O Relatório deverá contemplar a avaliação técnica dos dados obtidos e confrontados com a legislação ambiental pertinente. As coletas, as medições em campo e as análises laboratoriais devem seguir as normas definidas no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21 st Edition. este relatório deverá contemplar avaliação da eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análise comparativa entre os resultados da entrada e saída; atendimento à legislação aplicável; tipo e local de amostragem; conclusões e ações remediadoras caso seja constatada a ineficiência do sistema, bem como todas as demais considerações pertinentes decorrentes dos resultados, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART:
    - A) Eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e do efluente, pH, DBO5,20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes;
    - B) Qualidade das águas superficiais, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: vazão, cor, turbidez, pH, DBO5,20, DQO, Oxigênio Dissolvido, Condutividade elétrica, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas (informar se ausentes ou presentes virtualmente no momento da coleta), Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato, nitrito;
  3. O Empreendimento deverá assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos.
  4. Fica proibido o lançamento de lodo "in natura" diretamente no solo;
  5. Fica proibida a destinação dos resíduos sólidos e oleosos, considerados como Resíduos Classe 1, segundo a NBR 10.004/2004, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários;
  6. Fica proibida a disposição inadequada de qualquer tipo de resíduos e em qualquer estado físico, em área de propriedade do empreendimento ou pertencentes a terceiros, de maneira a assegurar a não contaminação dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
- CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECIFICAS À FL.02/03...../

.....  
**CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LO Nº. 362/2014**

7. Deverá ser encaminhado ao IMASUL/SEMAC/MS no prazo de 60 (sessenta) dias, o Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada - PRADA, conforme o Decreto Estadual n. 13.997/2014 e Resolução SEMAC/MS n. 11/2014.
8. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a emissão de material particulado e queima a céu aberto de resíduos de qualquer natureza e em qualquer estado dentro da área do empreendimento ou em área de terceiros;
9. Qualquer alteração no projeto, diversificação da atividade, alteração na capacidade e/ou no Sistema de Controle Ambiental, deverá ser previamente autorizada por este IMASUL/SEMAC/MS.
- ...../



## CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 362 / 2014

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAG/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAG/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAG/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional e no Diário Oficial do Estado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura, conforme Resolução CONAMA Nº. 006 de 24 de janeiro de 1986, observando o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a este Instituto, sob pena de suspensão desta Licença;
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
  - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
  - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
  - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 04 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

Campo Grande, 04 AGO 2014

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia  
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

*Carlos Alberto N. Salá Menezes*  
Diretor Presidente - IMASUL